

JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos

Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Diretor: Walter Fontoura

Editor: Paulo Henrique Amorim

Dimensões da dívida *GLK*

O que significa Moratória? Pensaram os que propõem a moratória no sentido e na extensão reais dessa palavra para a economia nacional, as empresas privadas e os cidadãos? Ou partiram apenas de posições políticas confortáveis e de preconcebidas jogadas ideológicas destinadas a socializar ainda mais a economia brasileira?

Vejamos o que significa moratória: pode ser a imediata exigência de pagamento à vista de tudo o que o país importa, ou necessita importar; pode significar a exibição da condição difícil da Petrobrás para liquidar as contas de importação de petróleo. Pode ser, por uma estranha ironia, uma demonstração de que o monopólio montado pelos mesmos ultranacionalistas que o defenderam, de repente estará na condição de ter que pedir a ajuda das multinacionais — que sempre evitou — para importar parte de suas necessidades.

Mais que isso: a moratória pode significar a abertura de ações judiciais contra os bens do país no exterior; a tentativa de credores irados para confiscarem bens de empresas brasileiras. Uma tragédia, em resumo, em termos nacionais.

Terão pensado em tudo isso os que propõem a moratória? Ou terão agido apenas em função dos seus próprios apetites políticos? Terão os defensores da dívida renegada proposto a correção dos rumos onde eles devem ser corrigidos? Terão se lembrado de que os problemas maiores são os internos, e não os externos? Terão levantado a condição de honra e dignidade que todo brasileiro limpo quer defender?

É preciso dizer, alto e bom som, que a soma de problemas com os quais a Nação se defronta não será

resolvida com os conselhos dos que se colocam na cômoda posição do inadimplente.

Os problemas brasileiros começam aqui dentro, e sua solução passa antes pelos corredores das soluções domésticas. Antes da moratória é preciso dar coerência à administração interna. Levantar os muros que impedem decisões técnicas de ir adiante, de se transformarem no controle rigoroso das estatais e das mordomias nos corredores das estatais, que toda a Nação conhece. É preciso transformar os desvios palacianos em atalhos capazes de reduzir déficits e disciplinar empresas perdulárias.

Antes de mais nada o Brasil precisa de vontade política para corrigir-se internamente, sem recorrer a artifícios de convivência espúria entre facções, cujas afinidades inexistem, a não ser para dividir privilégios ou facilidades e paternalismos. Os argumentos de que a possibilidade de crises sociais impedem a correção de rumos são passaportes para os que querem negociar apenas vantagens partidárias, ou acordos de bastidores.

Antes de se pensar em Moratória, portanto, é preciso pensar na solução dos problemas domésticos, os quais são antes de mais nada políticos. Resolvidos estes, a Moratória poderá retornar ao lugar onde deveria estar: o de um pesadelo em um momento crítico.

Com firmeza de rumo político será possível encaminhar acordos com os credores externos do Brasil, capazes de reduzir as cargas a curto prazo, que inviabilizariam programas serenos de recuperação econômica a longo prazo. Sem que se tenha pensando sobre a honradez nacional a mancha das dívidas não pagas.